

Ventos de Santa  
Sara Energias  
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações no patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A  
Maracanaú – CE**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 07 de maio de 2021.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu  
Contador CRC 1SP223212/O-2

## Ventos de Santa Sara Energias Renovaveis S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.391	11.114.842	Fornecedores		819.110	5.771.585
Aplicações financeiras	5	11.346.578	-	Dividendos a pagar		1.611.340	-
Contas a receber de clientes	6	6.939.290	-	Empréstimos e financiamentos	9	3.365.325	-
Impostos a recuperar		146.354	11.545	Partes relacionadas - fornecedores	15	42.406	564.133
Adiantamento fornecedor		116.418	694.190	Obrigações fiscais		1.285.220	652.253
Partes relacionadas - outros créditos	15	1.845.372	48.956	Obrigações trabalhistas		36.400	-
Despesas antecipadas	7	220.174	40.148	Outras contas a pagar		54.267	21.658
				Obrigações com arrendamentos		-	34.503
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>20.629.577</b>	<b>11.909.681</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>7.214.068</b>	<b>7.044.132</b>
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.161.921	-	Empréstimos e financiamentos	9	187.619.136	56.361.331
Despesas antecipadas	7	662.677	1.941.499	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>187.619.136</b>	<b>56.361.331</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>4.824.598</b>	<b>1.941.499</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	10		
Imobilizado	8	270.263.660	87.853.424	Capital social		95.771.265	41.280.579
Intangível		205.961	205.961	Reserva legal		485.307	-
		<b>270.469.621</b>	<b>88.059.385</b>	Reserva de lucros a distribuir		4.834.020	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>275.294.219</b>	<b>90.000.884</b>	Prejuízos acumulados		-	(2.775.477)
				<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>101.090.592</b>	<b>38.505.102</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>295.923.796</b>	<b>101.910.565</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>194.833.204</b>	<b>63.405.463</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>295.923.796</b>	<b>101.910.565</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Sara Energias Renovaveis S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional líquida</b>	11	25.528.473	-
Custos operacionais	12	<u>(4.339.222)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>21.189.251</b>	<b>-</b>
Despesas gerais ou administrativas	13	(1.101.012)	(1.675.024)
Outras despesas operacionais		<u>(13.898)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes das (despesas) e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>20.074.341</b>	<b>(1.675.024)</b>
Receitas financeiras	14	404.203	160
Despesas financeiras	14	<u>(9.778.392)</u>	<u>(6.514)</u>
<b>Despesas e receitas financeiras líquidas</b>		<b>(9.374.189)</b>	<b>(6.354)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>10.700.152</b>	<b>(1.681.378)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(994.008)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b><u>9.706.144</u></b>	<b><u>(1.681.378)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>9.706.144</u>	<u>(1.681.378)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado abrangente total	<u>9.706.144</u>	<u>(1.681.378)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ventos de Santa Sara Energias Renovaveis S.A.

### Demonstração de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>27.960.456</b>	<b>(3.861.377)</b>	-	-	<b>(1.094.099)</b>	<b>23.004.980</b>
Capital subscrito	67.810.809	(67.810.809)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	17.181.500	-	-	-	<b>17.181.500</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.681.378)	<b>(1.681.378)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>95.771.265</b>	<b>(54.490.686)</b>	-	-	<b>(2.775.477)</b>	<b>38.505.102</b>
Capital subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	54.490.686	-	-	-	<b>54.490.686</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	9.706.144	<b>9.706.144</b>
<b>Destinação do lucro:</b>						
Reserva legal	-	-	485.307	-	(485.307)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.611.340)	<b>(1.611.340)</b>
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	4.834.020	(4.834.020)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>95.771.265</b>	-	<b>485.307</b>	<b>4.834.020</b>	-	<b>101.090.592</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		9.706.144	(1.681.378)
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	8	3.099.452	68.420
Juros sobre empréstimos e financiamentos		8.654.886	-
Juros sobre arrendamentos		-	3.457
Rendimento de aplicação	14	385.993	-
		<b>21.846.475</b>	<b>(1.609.501)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes		(6.939.290)	-
Impostos a recuperar		(134.809)	(11.545)
Adiantamentos a fornecedores		577.772	(694.164)
Despesas antecipadas		1.098.796	(1.463.373)
Partes relacionadas - outros créditos		(1.796.416)	-
Fornecedores		(4.952.475)	5.771.585
Partes relacionadas - fornecedores		(521.727)	-
Obrigações trabalhistas		36.400	-
Obrigações fiscais		632.967	651.655
Outras contas a pagar		32.609	21.658
Obrigações com arrendamentos		(34.503)	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>9.845.799</b>	<b>2.666.315</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		(15.894.492)	-
Aquisição de imobilizado	8	(185.509.688)	(64.074.667)
Capitalização de imobilizado		6.170.375	-
Aquisição de intangível		-	(28.388)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(195.233.805)</b>	<b>(64.103.055)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento/integralização de capital		54.490.686	17.181.500
Partes relacionadas		-	429.254
Obrigações com arrendamento		-	(28.056)
Captações de empréstimos e financiamentos		122.160.920	54.963.515
Custo de captação		(2.363.051)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>174.288.555</b>	<b>72.546.213</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(11.099.451)</b>	<b>11.109.473</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.114.842	5.369
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.391	11.114.842
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(11.099.451)</b>	<b>11.109.473</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às Demonstrações financeiras

*(Valores expressos em reais)*

### 1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10800 , sala 226 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria n° 15, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 67,2 MW, conforme despacho n° 890 de 27 de março de 2020. De acordo com o despacho n° 2.640 de 30 de agosto de 2021, iniciou operação comercial a partir de 31 de agosto de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 14; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 13; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

#### Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei n° 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto n° 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia iniciou suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

## **2 Base de preparação e principais práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas Demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## **2.4 Base de mensuração**

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **2.5 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(i) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(ii) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

**2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

**2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### ***Depreciações***

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### ***Provisão para desmobilização de ativos***

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

## **2.8 Receitas e despesas financeiras**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.9 Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das Demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## **2.10 Arrendamento**

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

## **2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

## **3 Gerenciamento de riscos**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### **(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

### Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	11.346.578	Variação do CDI	11.346.578	11.361.476	11.364.456
Efeito no resultado	269.655		269.655	284.553	287.533
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.161.921	Rendimentos em FI	4.161.921	4.176.405	4.179.302
Efeito no resultado	116.338		116.338	130.822	133.719
Saldo de empréstimos e financiamentos	(190.984.461)	IPCA	(190.984.461)	(192.072.813)	(192.290.483)
Efeito no resultado	(8.654.886)		(8.654.886)	(9.743.238)	(9.960.908)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	15.391	20.713
Aplicações financeiras	-	11.094.129
Total	<u>15.391</u>	<u>11.114.842</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A e Banco BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 99,00% e 103,5%, respectivamente, do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

## 5 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	11.346.578	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	4.161.921	-
Total	<u>15.508.499</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	11.346.578	-
Ativo não circulante	<u>4.161.921</u>	<u>-</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos ABC Brasil e Alfa e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas, principalmente, pela variação de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2021.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de dezembro de 2019, onde as liberações foram realizadas a partir de maio de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os

valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021.

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Câmara de Comercialização de Energia (a)	2.236.432	-
Anglo American Minerio de Ferro Bra S.A	938.276	-
Anglo American Niquel Brasil Ltda	3.764.582	-
	<b>6.939.290</b>	<b>-</b>

(a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

## 7 Despesas antecipadas

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prêmios de seguro a apropriar	882.851	361.736
Custo de empréstimos (a)	-	4.655
Outros seguros a apropriar	-	1.615.256
	<b>882.851</b>	<b>1982.647</b>
Ativo circulante	220.174	40.148
Ativo não circulante	662.677	1.941.499

(a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

## 8 Imobilizado

### a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	262.294	(59.624)	202.670	228.899
Edificações	3,33% a 4%	30.868.406	(365.331)	30.503.075	-
Custos e tarifas de leilão		-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental		-	-	-	1.434.073
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	242.242.410	(2.684.495)	239.557.915	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	49.788.030
Imobilizado em andamento		-	-	-	36.370.090
Ativo de direito de uso terra		-	-	-	19.084
<b>Total</b>		<b>273.373.110</b>	<b>(3.109.450)</b>	<b>270.263.660</b>	<b>87.853.424</b>

### b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	228.899	-	-	(26.229)	202.670
Edificações	-	-	30.868.406	(365.331)	30.503.075
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Licenciamento ambiental	1.434.073	-	(1.434.073)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	242.242.410	(2.684.495)	239.557.915
Adiantamento a fornecedores	49.788.030	157.491.355	(207.279.385)	-	-
Imobilizado em andamento	36.370.090	28.014.020	(64.384.110)	-	-
Ativo de direito de uso da terra	19.084	4.313	-	(23.397)	-
<b>Total</b>	<b>87.853.424</b>	<b>185.509.688</b>	<b>-</b>	<b>(3.099.452)</b>	<b>270.263.660</b>

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	230.792	<b>30.361</b>	<b>(32.254)</b>	<b>228.899</b>
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	<b>13.248</b>
Licenciamento ambiental	217.159	<b>1.216.914</b>	-	<b>1.434.073</b>
Adiantamento a fornecedores	21.694.245	<b>28.093.785</b>	-	<b>49.788.030</b>
Imobilizado em andamento	238.667	<b>36.131.423</b>	-	<b>36.370.090</b>
Ativo direito de uso	50.356	<b>4.894</b>	<b>(36.166)</b>	<b>19.084</b>
<b>Total</b>	<b>22.444.467</b>	<b>65.477.377</b>	<b>(68.420)</b>	<b>87.853.424</b>

- (i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

## 9 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 13, no valor de R\$ 177.860.920, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 1,15422% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 234 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de fiança bancária que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento. A Companhia cumpriu os *covenants* no exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a) Composição do saldo

<u>Banco</u>	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco do Nordeste do Brasil S.A	FNE	190.984.461	56.361.331

b) Movimentação da conta

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	56.361.331	56.361.331
Captações	122.160.920	55.700.000
Juros incorridos	8.654.886	1.397.816
Capitalização de imobilizado	6.170.375	-
Custo de captação (a)	(2.363.051)	(736.485)
Saldo 31 de dezembro	190.984.461	56.361.331
Circulante	3.365.325	-
Não Circulante	187.619.136	56.361.331

(a) O custo de captação não teve efeito caixa durante o ano 2021.

c) Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
2023	7.464.837	4%
2024	7.410.263	4%
2025	7.723.649	4%
2026	7.724.438	4%
2027	7.582.572	4%
2028	8.049.567	4%
2029	8.456.986	5%
2030	8.924.115	5%
2031	9.462.392	5%
2032	9.791.469	5%
2033	10.187.942	5%
2034	9.863.505	5%
2035	10.219.998	5%
2036	10.729.040	6%
2037	11.213.749	6%
2038	11.834.706	6%
2039	12.713.690	7%
2040	13.345.333	7%
2041	13.234.493	7%
2042	1.686.392	1%
<b>Total</b>	<b>187.619.136</b>	<b>100%</b>

## 10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 96.092.000 (R\$ 41.280.579 em 2020) e está representado por 95.771.265 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	100%	95.771.265	100,00%	41.280.579
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>95.771.265</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.280.579</b>

### Aumento de capital

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 54.490.686 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

### Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Este valor para o exercício de 2021 é de R\$ 1.611.340.

### **Reserva legal**

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 485.307, não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

### **Reserva de lucros a distribuir**

Em 31 de dezembro de 2021 foi consituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 4.834.020. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

## **11 Receita operacional líquida**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	26.495.561	-
PIS	(172.221)	-
Cofins	(794.867)	-
<b>Total</b>	<b>25.528.473</b>	-

## **12 Custos operacionais**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Mão-de-obra	(176.120)	-
Amortizações e depreciações	(3.073.223)	-
Outros custos	(113.203)	-
Serviços - pessoa jurídica	(62.465)	-
Gastos operacionais – geração energia	(472.972)	-
Seguros	(250.170)	-
Gastos com propriedades	(191.069)	-
<b>Total</b>	<b>(4.339.222)</b>	-

## **13 Despesas gerais e administrativas**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Taxas e emolumentos	-	(53.797)
Gastos diversos	-	(37.118)
Despesas com pessoal	-	(31.134)
Despesas com veículos	(231)	-
Despesas com seguros	-	(80.760)
Despesas com cartório	-	(129.274)
Despesas com publicações	-	(30.550)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(47.359)
Serviços terceiros	(307.383)	(77.856)
Indenizações de servidão de passagem	-	(137.838)
Despesas com tributos	(8.213)	(6.642)
Despesas com relações com o mercado	(1.468)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(664.495)	(974.276)
Despesas legais	(92.993)	-
Depreciação	(26.229)	(68.420)
<b>Total</b>	<b>(1.101.012)</b>	<b>(1.675.024)</b>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

## 14 Resultado financeiro

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações (a)	385.993	-
Juros por inadimplência CCEE	18.210	160
	<b>404.203</b>	<b>160</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.654.886)	-
Juros pagos	(2.812)	(21)
Tarifas bancárias	(38.505)	(3.590)
Juros de arrendamentos	-	(2.885)
Multas e juros passivos	(1.619)	(18)
Comissão de fiança	(1.030.946)	-
Amortização custo de empréstimos pre-operacional	(48.742)	-
Juros sobre direito de uso	(882)	-
	<b>(9.778.392)</b>	<b>(6.514)</b>
Total	<b>(9.374.189)</b>	<b>(6.354)</b>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

## 15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

### Em 31 de dezembro 2020

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	48.956
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	564.133
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	974.276

### Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	1.845.372
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	42.406
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	664.495

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

### **Remuneração da Administração**

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de julho de 2018, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

## **16 Instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixas e equivalentes de caixa	15.391	15.391	11.114.842	11.114.842
Aplicações financeiras vinculadas	15.508.499	15.508.499	-	-
Contas a receber de clientes	6.939.290	6.939.290	-	-
Adiantamento a fornecedor	116.418	116.418	694.190	694.190
Partes relacionadas (ativo)	1.845.372	1.845.372	48.956	48.956
Fornecedores	(819.110)	(819.110)	(5.771.585)	(5.771.585)
Empréstimos e financiamentos	(190.984.461)	(190.984.461)	(56.361.331)	(56.361.331)
Obrigações com arrendamentos	-	-	(34.503)	(34.503)
Partes relacionadas (passivo)	(42.406)	(42.406)	(564.133)	(564.133)
Outras contas a pagar	(54.267)	(54.267)	(21.658)	(21.658)
<b>Total</b>	<b><u>(167.475.274)</u></b>	<b><u>(167.475.274)</u></b>	<b><u>(50.895.222)</u></b>	<b><u>(50.895.222)</u></b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

## **17 Imposto de renda e contribuição social corrente**

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IR/CS corrente	<u>994.008</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Receita operacional bruta	26.495.561	-
Alíquota de presunção	8%	-
Lucro presumido	2.119.645	-
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	503.215	-
	<hr/>	
Alíquota vigente	25%	-
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(655.715)</b>	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	-
CSLL/Lucro presumido	3.179.467	-
Outras receitas não operacionais (a)	579.341	-
Alíquota vigente	9%	-
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(338.293)</b>	-

(a) Trata-se de receitas financeiras.

Em 2020 a Companhia era optante pelo o regime tributário do lucro presumido e apurou prejuízo. As direções de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14.a.

## **18 Contigências**

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.